

07/12/2010

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 96.713 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(s) : NELSON LEITE FILHO
RECTE.(s) : NEWTON BRASIL LEITE
ADV.(A/S) : NELSON LEITE FILHO E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *Recurso ordinário em habeas corpus. Falta de justa causa. Trancamento de inquérito. Inadmissibilidade. Continência e concurso de jurisdições. Prevalência da competência da Justiça Federal. Recurso desprovido.*

A análise da justa causa para a instauração de inquérito, por depender de exame minucioso do contexto fático, não pode, como regra, ser levada a efeito pela via do *habeas corpus*. Precedentes.

Na hipótese de concurso de infrações penais de jurisdições originárias diversas, a competência da Justiça Federal para uma delas atrai, por conexão ou continência, a competência para o julgamento das demais. Precedentes.

Recurso ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do relator.

Brasília, 07 de dezembro de 2010.

Ministro JOAQUIM BARBOSA
 Relator
Documento assinado digitalmente



07/12/2010

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 96.713 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
RECTE.(s)	: NELSON LEITE FILHO
RECTE.(s)	: NEWTON BRASIL LEITE
ADV.(A/s)	: NELSON LEITE FILHO E OUTRO(A/s)
RECDO.(A/s)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por NELSON LEITE FILHO e NEWTON BRASIL LEITE, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que, nos autos do HC 44.577/SP, decidiu conforme a seguinte ementa:

“HABEAS CORPUS. PENAL. PATROCÍNIO INFIEL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. CRIMES PRATICADOS EM PROCESSOS NA VARA FEDERAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. INQUÉRITO POLICIAL. TRANCAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. JUSTA CAUSA EVIDENCIADA.

1. Compete à Justiça Federal o julgamento dos crimes dos arts. 168 e 355 do Código Penal, uma vez que a denúncia trata de concurso formal entre os crimes de apropriação indébita e patrocínio infiel, praticados perante a Justiça Federal de Campinas/SP, hipótese de continência, nos termos do art. 77, inciso II, do Código de Processo Penal. Súmula n.º 122 do STJ.

2. O trancamento de inquérito policial pela via estreita do *habeas corpus* é medida de exceção, só admissível quando emerge dos autos, de forma inequívoca e sem a necessidade de valoração probatória, a inexistência de autoria por parte do indiciado ou a atipicidade da conduta.

3. O inquérito possui como elementos indiciários da autoria de conduta típica por parte dos Pacientes, além do fato de que as vítimas nunca receberam os créditos levantados pelos indiciados, as cópias das procurações *ad judicium*, os alvarás de

RHC 96.713 / SP

levantamento expedidos nos autos do processo, e os recibos fornecidos pelos mandatários em valor expressivamente menor que o devido nas declarações dos lesados e de seus familiares.

4. Reconhecer a falta de justa causa para o indiciamento, porque pendente a prestação de contas final onde todos os valores seriam pagos às vítimas, inexistindo o dolo, demanda o reexame do material cognitivo constante nos autos, incabível na via eleita.

5. *Habeas corpus* conhecido e denegado” (fls. 665).

Consta dos autos que os recorrentes foram indiciados em vários inquéritos policiais instaurados em decorrência da suposta prática dos crimes de patrocínio infiel e apropriação indébita, consistentes na apropriação de valores pertencentes a seus clientes - associados da Associação dos Aposentados de Campinas e Região - relativos principalmente a créditos de benefícios previdenciários advindos de ações individuais e coletivas que tramitaram no âmbito da Subseção da Justiça Federal em Campinas/SP.

Sustentam os recorrentes, em síntese, a incompetência absoluta da Justiça Federal para apreciar os fatos sob investigação e que os inquéritos policiais instaurados são carecedores de justa causa, dada a inexistência de indícios suficientes da autoria e da materialidade de quaisquer dos crimes imputados.

Requerem, pois, o reconhecimento da incompetência da Justiça Federal e o trancamento dos inquéritos policiais desfavoráveis aos recorrentes.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 730-733).

É o relatório.

07/12/2010

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 96.713 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): De saída, observo que a apreciação das alegações formuladas pelos recorrentes no tocante à falta de justa causa para as investigações criminais exige a realização de exame aprofundado de provas, o que não é possível em sede de *habeas corpus*.

Como se saber, o *habeas corpus* é instrumento destinado à proteção de direito líquido e certo que não admite dilação probatória.

E tal vedação tem especial aplicação na situação sob exame, porquanto os autos originários se encontram em momento processual no qual a dúvida milita *pro societate*.

Dessa forma, esta Corte tem decidido, reiteradamente, que o trancamento de inquérito policial por falta de justa causa, na via estreita do *habeas corpus*, somente é viável desde que se comprove, de plano, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se verifica neste caso.

Já em relação à alegada incompetência da Justiça Federal para apreciar os fatos sob investigação, entendo que não assiste razão aos recorrentes.

Ao contrário do que sustentam os recorrentes, os inquéritos instaurados têm como objeto os crimes de patrocínio infiel e apropriação indébita praticados, em concurso formal, perante a Justiça Federal de Campinas/SP, o que caracteriza a hipótese de continência e impõe a aplicação das regras previstas nos artigos 77, inc. II, e 78, inc. II, 'a', ambos do Código de Processo Penal.

Nesse ponto, destaco elucidativo trecho do parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Cláudia Sampaio Marques (fls. 730-733):

RHC 96.713 / SP

“Quanto à alegada incompetência da Justiça Federal, (...), todos os procedimentos investigatórios que apuram as condutas dos recorrentes tratam dos **crimes de apropriação indébita em concurso formal com o crime de patrocínio infiel**.

Assim, embora o delito de apropriação indébita tenha por objetivo tutelar o patrimônio particular, o **delito de patrocínio infiel tutela o normal funcionamento do Poder Judiciário** e, in casu, atingida foi, especificamente, a **Justiça Federal**. Dos autos extraí-se que as supostas ações delituosas ocorreram nos autos de uma **ação de natureza previdenciária**. Daí porque, **identificado o interesse da União na análise dos feitos, a competência é, de fato, da Justiça Federal**.

Ademais, em sendo da Justiça Federal a competência para o processo e julgamento do feito em relação ao delito de patrocínio infiel, porquanto praticado em face de Juízo Federal, e, sendo este **conexo** com o crime de apropriação indébita, encontra perfeita guarida a **Súmula 122 do STJ**, segundo a qual “**competete a Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, “a”, do Código de Processo Penal**” (grifei).

Por todo o exposto, acolho o parecer do Ministério Público Federal e voto pelo desprovimento do recurso.

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 96.713**

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

RECTE.(S) : NELSON LEITE FILHO

RECTE.(S) : NEWTON BRASIL LEITE

ADV.(A/S) : NELSON LEITE FILHO E OUTRO(A/S)

RECD.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso ordinário, **nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 07.12.2010.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador